



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6996 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

## EFEITOS DA PANDEMIA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

Raquel Baptista Spaziani - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

### **EFEITOS DA PANDEMIA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS**

Desde meados de março, houve uma diminuição significativa das denúncias de violência contra crianças. No entanto, esses dados não indicam a redução da sua ocorrência, mas sim a falta de oportunidades para a sua detecção e notificação (FIOCRUZ, 2020). No que diz respeito à violência sexual, crianças pequenas podem ter dificuldades em relatar o ocorrido, seja por serem ensinadas que esse tipo de relação é aceitável, como por apresentarem sentimentos de medo e de culpa. Essa situação se intensifica quando a violência sexual ocorre de modo intrafamiliar – forma mais recorrente, segundo os dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e do Disque 100 (BRASIL, 2015).

Se o isolamento da criança é uma prática comum de autores/as da violência sexual, que visam dificultar a ruptura do segredo imposto às crianças vitimizadas, com o distanciamento social isso pode ter se intensificado. Desse modo, esse é um trabalho exploratório, que visa refletir sobre as possíveis reverberações da pandemia para o enfrentamento à violência sexual contra crianças.

Jens Qvortrup (2011) aponta que todos os eventos sociais têm repercussões sobre as crianças, acarretando em reivindicações a serem consideradas em suas análises; no entanto, a dependência convencional das crianças tem consequências para a sua invisibilidade. Nesse sentido, a pandemia afeta de modo particular a vida das crianças, deixando-as em situação de maior vulnerabilidade, na medida em que estão à mercê dos/as adultos/as para protegê-las. Podemos inferir que a violência sexual contra crianças tenha aumentado em meio ao distanciamento social, embora esteja velada pelo discurso da sacralidade da família.

Por conta disso, a escola se constitui como um espaço privilegiado para a proteção das crianças, seja pela identificação e denúncia dessa violência, como por meio de ações preventivas. Quando realizada de um modo crítico na escola, já na educação infantil, a educação em sexualidade, dentre outros objetivos, pode vir a ensinar as crianças comportamentos de autoproteção. Contudo, esse diálogo deve ser articulado às questões de gênero, a fim de também buscar mudanças nos aspectos estruturais que promovem essa violência (ALVARENGA; DIAS, 2016; CARREIRA, 2016; MARTINS, 2016).

A violência sexual contra crianças é produzida e atravessada por questões de gênero: homens como principais perpetradores; erotização infantil e construção do desejo sexual adulto por esses corpos; representação das feminilidades como sempre cuidadoras e protetivas; meninas como vítimas preferenciais e educação para o seu silenciamento; invisibilidade dos casos de violência contra meninos, devido à homofobia ou à “antecipação” de sua vida sexual com uma mulher, reforçando o ideal de “macho” (XAVIER FILHA, 2008).

A educação em sexualidade na infância é um modo de proteger as crianças. No entanto, se já é um desafio abordar essas temáticas na educação infantil de modo presencial, com as aulas remotas no ensino privado e a sua inexistência no ensino público, esse trabalho ficou ainda mais em segundo plano. Somam-se a essas dificuldades os crescentes discursos conservadores sobre os supostos perigos da educação em sexualidade na infância, sob a justificativa de proteger as crianças de uma “sexualização precoce”. Nessa perspectiva, a violência sexual contra crianças é discutida como uma exceção, fruto de um sujeito perverso, bem como o ideal de família se fortalece, aparecendo como o espaço da pureza.

Reverberando o discurso familista, a atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, disputa o protagonismo no enfrentamento à violência sexual contra crianças. Posiciona-se contra a educação em sexualidade na escola, o conceito de cultura do estupro e o abortamento previsto em lei para as crianças vítimas de violência sexual; bem como a favor do desmonte do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Parte de sua agenda é a regulamentação do *homeschooling*, que prevê o ensino domiciliar, apontando como um direito da família a educação das crianças alinhadas aos seus valores. Essa pauta se fortaleceu com o contexto de distanciamento social, havendo um movimento para que essa modalidade de ensino continue após a pandemia (BBC NEWS BRASIL, 2020).

Os discursos sobre os “riscos” da educação em sexualidade na infância, a individualização das análises sobre a violência sexual contra crianças e a centralidade-sacralidade da família parecem convergir na proposta do ensino doméstico, sob justificativa de que é nesse espaço que as crianças estarão definitivamente protegidas, reforçando a noção de que crianças são propriedades de sua família. Esse projeto corrobora para o ideal de família, apresentada como sagrada e única responsável pelas crianças, negligenciando o fato de que é dentro desse ambiente que ocorre a maior parte dos casos de violência sexual na infância.

É preciso considerar que mesmo dentro da “unidade familiar”, os seus integrantes possuem direitos individuais, como o de ter acesso à pluralidade de visões de mundo, como deveria ocorrer nas escolas (AMORIM; SALEJ, 2016; SEFFNER, 2016). Diante do avanço conservador, bem como em meio à imprevisibilidade que o atual cenário nos coloca, torna-se desafiador pensar no enfrentamento à violência sexual contra crianças. No entanto, é urgente a inserção da produção de conhecimento crítica nessa disputa de narrativas, ocupando todos os espaços possíveis para a problematização de alguns dos pilares do conservadorismo atual: o familismo, a noção de criança como propriedade e a suposta “ideologia de gênero”. Não podemos ter como mais um efeito da pandemia a usurpação dos direitos das crianças.

**Palavras-chave:** Violência sexual contra crianças; Educação em sexualidade; Pandemia.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Carolina; DIAS, Jaciluz. Um olhar sobre olhares: violências sexuais que borbulham no cotidiano. In: RIBEIRO, Cláudia Maria; ALVARENGA, Carolina. *Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais nas infâncias no sul de Minas Gerais*. Lavras: UFLA, 2016, p. 281-295.

AMORIM, Marina; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do movimento escola sem partido. *Revista Ártemis*, v. 22, n. 1, p. 32-42, 2016.

BBC NEWS BRASIL. *Regulamentação do homeschooling ganha novo fôlego em Brasília com isolamento por coronavírus*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52333702>. Acesso em agosto de 2020.

BRASIL. *Boletim Epidemiológico*. Brasília: Ministério da Saúde, v. 49, n. 27, 2018.

B R A S I L . *Disque 100*. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>. Acesso em setembro de 2019.

CARREIRA, Denise. O Informe Brasil – Gênero e Educação: da CONAE às diretrizes nacionais. In: VIANNA, Cláudia et al. (Orgs.). *Gênero e educação*. São Paulo: Ação educativa, 2016, p. 25-54.

FIOCRUZ. *Violência doméstica e familiar na Covid-19*. Fundação Oswaldo Cruz: Brasília, 2020.

MARTINS, Kátia. Borbulhando memórias sobre violências sexuais: educação para as sexualidades e gênero. In: RIBEIRO, Cláudia Maria; ALVARENGA, Carolina. *Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais nas infâncias no sul de Minas Gerais*. Lavras: UFLA, 2016, p. 243-260.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". *Pro-Posições*, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2011.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. *Reunião Científica Regional da Anped*, p. 1-17, 2016.

XAVIER FILHA, Constantina. O “despertar de um homem” e as “marcas do silêncio” na violência sexual contra crianças e adolescentes: gênero e relações de poder. In: SILVA, Paulo et al. (Orgs.). *Por uma escola que protege*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008, p. 125-160.